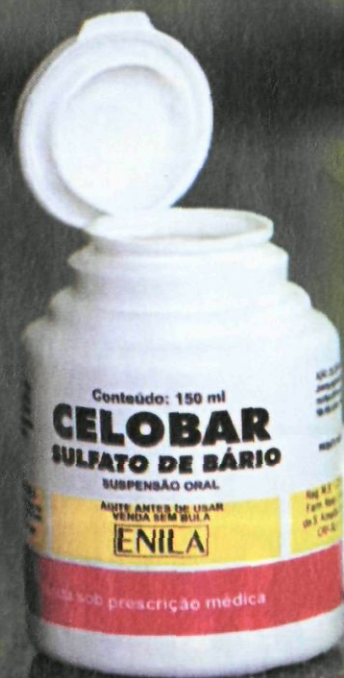


Mentiras, ganância,  
imperícia e negligência.  
A sucessão de erros

# ELE ENVENENOU UMA INDÚSTRIA

do Celobar matou 22  
pessoas e arruinou  
o laboratório Enila



CHRISTIAN CARVALHO CRUZ

No último dia 3, técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) se dirigiram ao laboratório farmacêutico Enila, no Rio de Janeiro, dispostos a fazer uma devassa. Foram recebidos por um calmo e solícito Márcio D'Icarahy, dono da empresa. Àquela altura, o contraste radiológico Celobar, fabricado pelo Enila, era suspeito de ter matado 17 pessoas (já eram 22 até a quinta-feira 12) e a companhia estava interdita. D'Icarahy respondeu a todas as perguntas dos técnicos, sempre sereno. Mas se transformou quando lhe apresentaram um livro no qual constava a compra de 600 quilos de carbonato de bário. Essa substância, usada na fabricação de veneno de rato, pode ser a causadora das mortes das pessoas que ingeriram o Celobar. Ao ver o livro nas mãos dos agentes da Anvisa, D'Icarahy começou a gaguejar. Agitado, pediu licença para "ir ali um instantinho", entrou no seu Volvo e não retornou mais. O Enila, com receitas de R\$ 24 milhões e lucro de R\$ 260 mil, começava a ruir.

As autoridades suspeitam que a maior tragédia envolvendo o uso de um medica-

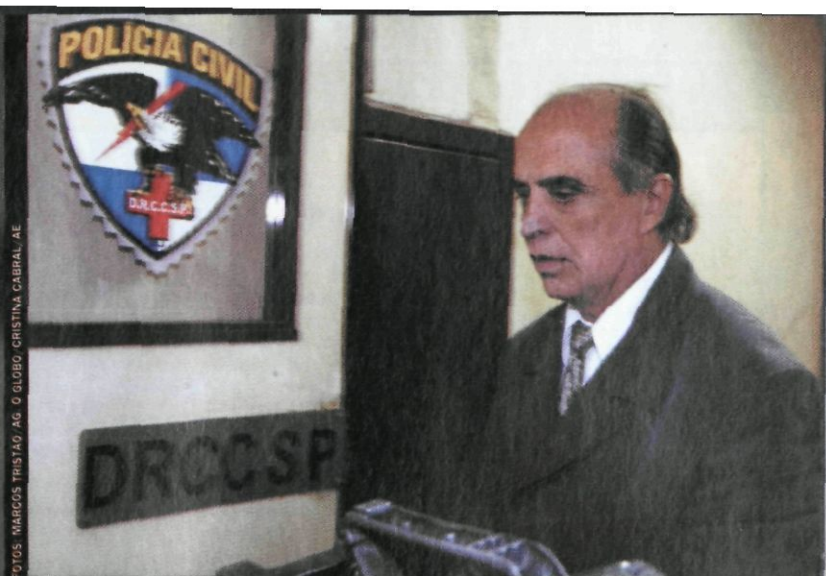
mento registrada no País tenha ocorrido por causa de um velho conhecido de corporações em crise financeira: o famigerado corte de custos. O Celobar tem como princípio ativo o sulfato de bário. É possível obtê-lo a partir do carbonato de bário, mas o processo é complicado, arriscado e depende de tecnologia de ponta. O sulfato resultante dessa transformação deve ter alto grau de pureza, sem resíduos do carbonato, que é altamente tóxico. Não por acaso apenas quatro companhias no mundo (nenhuma brasileira) estão aptas a fazer a operação. O Enila importava sulfato de bário pronto (cerca de 10 toneladas anuais) do laboratório alemão Sachtleben Chemie, que detém 90% da produção mundial. Mas, conforme constatou a Anvisa, D'Icarahy estava devendo o pagamento da última compra, datada de março de 2002. Por isso, não vinha conseguindo se abastecer.

No dia da devassa, os inspetores encontraram — além do tal livro — notas fiscais indicando que o Enila havia adquirido 600 quilos de carbonato da distribuidora Farmos. E vasculhando um pouco mais a papelada e os estoques, verificaram uma diferença entre a quantidade produzida de Celobar e o sulfato disponí-

vel para a sua fabricação no período 2002/2003 — coincidentemente, uma diferença de 600 quilos. A suposição mais óbvia: D'Icarahy teria achado uma solução "caseira" para o seu problema de caixa — produzir o princípio ativo do Celobar a partir do perigoso carbonato de bário. No início ele negou. Insistiu que o problema com o contraste era uma contaminação bacteriana. Versão que ele só abraçou depois da primeira descoberta surpreendente feita pela Anvisa: o Controle de Qualidade do próprio Enila havia rejeitado o lote 3.040.068 do Celobar porque o medicamento apresentava microrganismos.

SEDE DO ENILA,  
NO RIO DE JANEIRO  
Governo quer  
tolerância zero  
para o caso:  
multa de  
R\$ 1,5 milhão  
e cadeia para  
os responsáveis





FOTOS: MARCOS TRISTÃO, AG. O GLOBO; CRISTINA CABRAL, AE

“D'Icarahy (foto) fez tudo errado e vai perder a companhia”

Antônio Brasiliano, especialista em gerenciamento de crises, sobre o dono do Enila

## Negócios

mos em níveis acima da tolerável. “Se nessa hora os responsáveis pela empresa tivessem respeitado a legislação ninguém teria morrido”, diz Antônio Carlos Bezerra, gerente-geral de inspeção da Anvisa. “Mas em vez de barrar o lote suspeito, eles o liberaram.” Em 26 de maio, D'Icarahy publicou um anúncio no jornal *O Globo* avisando que o lote 3.040.068 seria recolhido do mercado porque podia causar vômito e diarreia.

“Chegamos a fazer carbonato de bário há uns dois meses”, conta um funcionário do Enila. “Mas deu errado e jogamos tudo no ralo. Ficou uma catanga desgra-

çada.” Quando não dava mais para esconder, D'Icarahy jogou a toalha. Mas culpou o seu químico responsável, que, segundo ele, não lavou corretamente os equipamentos do laboratório depois dos experimentos com o carbonato de bário. E na última quarta-feira entrou com um pedido de concordata preventiva, numa provável manobra para evitar o pagamento de indenizações. O Enila produz outros 71 medicamentos, incluindo antineoplásicos (para tratamento de câncer).

**Antipatia.** Essa série de ditos e desditos mostra que D'Icarahy quebrou o mandato número 1 do gerenciamento de crises corporativas. Aquele que diz “não mentirás”. “Ele fez tudo errado desde o começo”, avalia Antônio Brasiliano, presidente do Brasiliano & Associados, escritório especializado em administrar crises em empresas. Segundo o consultor, o dono do Enila devia ter admitido o erro e assumido a sua responsabilidade logo no início. “Isso reduziria a antipatia das autoridades, que agora querem vê-lo destruído. Ele não teve visão do negócio. Vai perder a empresa”, diz Brasiliano.

O governo federal quer tolerância zero para casos como o do Celobar. “Em pleno

século 21, não admitiremos experimentos irregulares que levem a morte de seres humanos”, diz Bezerra, da Anvisa. “Dentro da lei, vamos buscar uma punição exemplar para o Enila e seus responsáveis.” Em outras palavras: multa de até R\$ 1,5 milhão, cancelamento da licença de funcionamento do laboratório e prisão de D'Icarahy por homicídio. “Na esfera criminal, eu trabalho com a hipótese de adulteração voluntária de medicamento, que pode dar 30 anos de prisão”, diz o delegado Renato Nunes, da Delegacia de Crimes Contra a Saúde Pública do Rio. DINHEIRO tentou contato com o advogado de D'Icarahy, Paulo Rocha Lins, mas ele não retornou os telefonemas até o fechamento desta edição. Em 6 de junho, a Fundação Oswaldo Cruz divulgou um laudo preliminar apontando grande quantidade de carbonato de bário em amostras do lote 3.040.068 do Celobar. Estão previstos para o começo desta semana os resultados finais das análises. Ao mesmo tempo, a polícia, que não descarta um pedido de prisão preventiva de D'Icarahy, começa a investigar outras oito empresas do empresário. Quer saber se ele tem como pagar as indenizações que os familiares das vítimas já começam a pleitear. ■



MARCOS TRISTÃO/AG. O GLOBO